

ABRIL

revista de reflexão socialista

ABRIL 78

25\$00

3

- A transição socialista e a questão do poder — debate sobre as teses de Martins Pereira com a participação de Fernando Belo
- Socialismo ou clientelismo?
- Dossier sobre a social-democracia
- Diálogo com Jorge de Sena
- Abelaira: magia, literatura e revolução
- O outro lado da política (Serras Pereira, João Lopes)

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA SOCIALISTA FRATERNIDADE OPERÁRIA

nova pequena bur

O LIVRO DE JOÃO MARTINS PEREIRA "O SOCIALISMO, A TRANSIÇÃO E O CASO PORTUGUÊS"

A transição para o socialismo, em Portugal, começou ou não? É esta a questão central do texto de J. Martins Pereira, desde as primeiras palavras da Introdução. Questão polémica, que o autor curiosamente parece julgar que não: "é bem provável que não subsistam já muitos candidatos à demonstração (ou, pelo menos, à defesa convicta) de que em Portugal, mesmo no exaltante pós-11 de Março, se chegou a encetar a 'transição para o socialismo'" (p. 9). Polémica, porque põe a questão da estratégia do P.C. durante os anos de 74 e 75 e a questão de saber o que foi, de facto, o "movimento popular" nesses mesmos anos; polémica, porque põe a questão da viabilidade "da revolução e da transição para o socialismo em formações sociais capitalistas 'intermédias', situadas a 'meio caminho' entre os países economicamente desenvolvidos (...) e a orla ultra-explorada do sistema" (p. 261); polémica, porque a demonstração do "não" que J.M.P. tenta pôr agudamente o problema da actualidade em termos de regressão a formas "mais ou menos fascizantes ou mesmo fascistas" (p. 226) ou de alternativa revolucionária, que não tem sido possível formular e que estará "em larga medida determinada, pela evolução política em Espanha, em Itália e mesmo em França" (p. 226).

Assim li o texto com o interesse que me merecia a tentativa de alguém de que me sinto muito próximo e em que deposito confiança de "seriedade teórica"; o que vai seguir dá conta de algumas dificuldades que essa leitura me pôs, no sentido de possibilitar o seu esclarecimento. Este debate parece-me decisivo.

As principais teses de J. M. P.

Três capítulos de volume equivalente ordenam-se sobre as questões: de que socialismo se trata?; distinção entre pré-revolução e transição para o socialismo; análise do caso português, à luz teórica elaborada nos dois primeiros capítulos.

1.^o — O socialismo é a negação do capitalismo, opondo à propriedade privada dos meios de produção e à consequente anarquia económica a socialização e o plano; à produção visando a criação de valor de troca e o lucro, o primado dos valores de uso, tendente ao desaparecimento do dinheiro; à relação salarial de exploração, o trabalho como serviço colectivo voluntário; propondo a atenuação gradual da diferença entre trabalho intelectual e trabalho manual, entre campo e cidade, o controlo-gestão colectiva da produção, a criatividade colectiva das massas, a democracia de massas, a ordem assumida colectivamente, com milícias e consenso (cf p. 27-30).

2.^o — Na perspectiva de que a revolução se fará na Rússia, com predomínio da agricultura (J.M.P. falará de "revoluções camponesas" para designar as que se realizaram em 1917, na China, em Cuba e no Vietname), o problema fundamental que se pôs foi o da "base material para a construção do socialismo", com duas opções possíveis na estratégia da aliança operários/camponeses: a duma industrialização **acelerada** à custa dos camponeses (adoptada pela URSS em 1929, implicando uma concepção economicista de "socialismo = partido operário no poder + propriedade colectiva dos meios de produção + plano + grande indústria pesada") ou a duma sólida aliança operários/camponeses, com o **atraso** consequente do processo de industrialização (China, Vietname, Cuba) (cf p. 32-45).

3.^o — A esta questão se liga uma outra igualmente essencial: como articular o poder do Estado com a iniciativa e a participação das massas. O economicismo estalinista decide em função do poder do Estado que se burocratiza; a revolução cultural chinesa decide em sentido inverso (como o Lenine do "comunismo de guerra"), marcando a dominância do trabalho vivo sobre o investimento em meios de produção, o que explica a importância das pequenas e médias empresas na China face às empresas gigantes (p. 78) (cf. ainda p. 40-80). Evitar o economicismo e a burocratização, por um combate ideológico desde a primeira hora, é condição para uma transição para o socialismo, definida como fase em que se assegura progressivamente a inversão dos "critérios" capitalistas na economia (valor de troca e valor de uso), no poder político (Estado e controlo das massas) e na ideologia: o socialismo, fase entre o capitalismo e o comunismo, existirá quando os "critérios" comunistas começarem a ser dominantes, embora ainda não eliminados completamente os capitalistas (Cf. p. 80-88).

4.^o — Distinguir pré-revolução e transição para o socialismo é capital na teoria de J.M.P.. Entre as duas, a tomada do poder político pelo proletariado. Duas hipóteses possíveis: uma fase de luta armada, mais ou menos longa, uma fase de crise política global, qualquer delas susceptíveis ou não de serem seguidas de revolução. Três características desta indispensável fase pré-revolucionária: a situação de duplo poder (territorialmente distinto no caso de luta armada), ruir dos mecanismos económicos capitalistas, governos instáveis, de coligação. Mas, mesmo neseundo caso, houve sempre confronto armado, ou após conquista do poder político (URSS), ou com derrota do proletariado (guerra civil em Espanha, Itália e Alemanha nos anos 20, Chile) (cf. p. 89-117).

Burguesia e revolução e a questão

FERNANDO BELO

5.^o — Aqui se põe uma questão de fundo, no que se refere ao caso português ou chileno, enunciada por Gramsci: a existência de uma larga “classe média” (ou duma “nova pequena burguesia”) (1) postula a necessidade duma conquista hegemónica ideológica pelo proletariado antes da conquista do poder político (é o que caracterizará a fase pré-revolucionária neste tipo de formações sociais já suficientemente capitalistas); ou seja, a questão estratégica principal já não é a duma simples aliança entre proletariado e campesinato, mas a “duma aliança de outro tipo, especificamente entre o proletariado e as vastas camadas de assalariados não industriais profundamente impregnados de ideologia pequeno-burguesa” (p. 152) (Cf. p. 48-52, 91-92, 152-153).

6.^o — J.M.P. distingue duas etapas na transição para o socialismo, e, na primeira, dois períodos. O primeiro período, tanto mais longo quanto mais curta foi a luta armada, caracteriza-se pela desagregação económica (sabotagem económica, fuga dos patrões, dos capitais e dos técnicos, etc) e pela impossibilidade consequente de planificação socialista; o segundo, pela recuperação económica ligada à planificação. A segunda etapa é a do início da construção do socialismo. Em qualquer destas etapas, a existência dum largo campesinato num caso, da tal “nova pequena burguesia” no outro, tornam indispensável a existência duma direcção política segura. (Cf. p. 117-141).

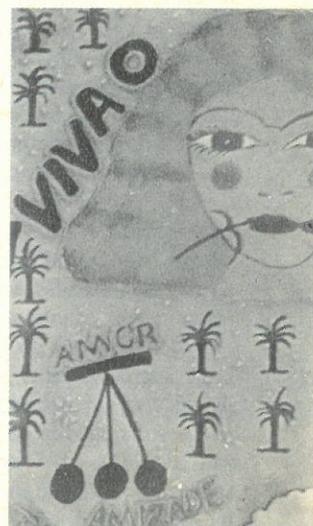
7.^o — Na transição para o socialismo, necessidade de um poder com larga base popular, com dominância da “ideologia proletária” e com “uma relação dialéctica muito tensa entre partido e massas, que só poderá ser resolvida com uma crescente democracia de massas” (p. 155) (Cf. p. 142-155). O conflito entre duas lógicas, capitalista e socialista, põe ao nível económico, além da questão da independência nacional (p. 158-161), a da centralização/descentralização do plano, de forma a evitar um plano ultra-centralizado, com a respectiva “irracionalidade” (equivalente à da concorrência capitalista, cf. p. 140) e burocratização economista (questão posta historicamente pela revolução chinesa) (Cf. p. 156-180).

8.^o — Estas sete teses, sumariamente aduzidas aqui e apoiadas em J.M.P. por constantes citações de textos e resumos de análises das situações históricas, permitem ao autor, na abordagem, em apenas 80 páginas, do caso português, desmistificar a “originalidade da via portuguesa”, cuja especificidade é apenas a da existência do

M.F.A., resultante da queda do fascismo ser resultado imediato do impasse colonial. Portugal viveu e ainda vive um caso relativamente típico de “situação pré-revolucionária”. Esta conheceu, entre o 25 de Abril e o 25 de Novembro, um duplo impasse: político e económico.

9.^o — O impasse político, segundo J.M.P., resultou de o P.C.P., dito “partido **potencialmente revolucionário**” (Cf. n. 9, p. 199), por “se ter colocado no campo do poder de Estado (e não do poder de base, que aparece a ‘dobrá-lo’), fez desviar a questão do poder na sociedade para a questão do poder dentro das Forças Armadas” (p. 198). Assim, em relação aos três aspectos típicos duma situação pré-revolucionária: na situação de duplo poder, o bloqueio do processo “resultou da divisão entre uma suposta ‘vanguarda’, só interessada nos movimentos de aparelho (...) e um movimento popular entregue a si próprio” (p. 212), buscando-se, “sobretudo a partir de certa altura, controlar (as comissões de base e órgãos populares) da forma mais secreta e antidemocrática” (p. 213); diante da “reação de defesa” dos capitalistas, utiliza-se uma estratégia anti-monopolista, com exclusão duma estratégia anticapitalista, sugerindo às massas que os avanços decisivos vêm do poder (nacionalizações, medidas antimonopolistas) e escamoteando por completo o papel fundamental dessas mesmas massas; em face de um governo e de um M.F.A. acima e árbitro da “luta de classes e pretendendo ser o “Estado ao serviço dos trabalhadores”, mas não defendendo de facto o essencial dos interesses de nenhuma das classes em luta, o P.C. pretende apenas “a salvação” desse mesmo Estado ocupando postos-chaves (estalinismo obtuso), e não a sua transformação, deixando o movimento de massas sem direcção política revolucionária. (Cf. p. 193-223).

10.^o — O impasse económico, por seu turno, resultou da ausência de “uma política de **arrojo revolucionário**”. J.M.P. dá uma série de exemplos sugestivos: revolucionarização do orçamento e do sector nacionalizado (exigindo-se também a nacionalização do comércio externo), redução das necessidades de liquidez criando curto-circuitos económicos adentro do sector Estado, alargamento da noção de controlo da produção, contratos do Estado com empresas falidas e construção civil, integração orçamental do sector estatizado com um estudo rápido a assegurar a participação dos trabalhadores e a evitar a burocratização, investimentos virados para a criação de postos de trabalho e independência nacional, reorientação rápida dos parceiros comer-



Porque razão não foi possível

ciais, apertada austeridade e racionamento igualitário. Todas estas medidas supondo uma ruptura com a economia capitalista e uma direcção revolucionária forte do movimento de massas, como se verificou, único caso, na Reforma Agrária. (Cf. p. 227-259).

A proposta de J.M.P. é extremamente sedutora para o não economista que eu sou. A partir da definição de socialismo, da posição rigorosa da perspectiva duma sociedade sem classes, resolutamente **outra** do que o capitalismo, como objectivo final da revolução. E na apresentação duma perspectiva concreta, económica, política e portuguesa, de via para essa sociedade sem classes. J.M.P. tem, sobre a maior parte, senão a totalidade, das análises que para aí se têm feito, a vantagem de não largar nunca o campo da economia e de nunca tratar das questões políticas sem as articular com as económicas. Tem a vantagem de não se situar, ele que foi membro de governo, do ponto de vista do aparelho de Estado, mas, antes pelo contrário, de ter como ideia força, ao longo de todo o texto, o acento nas possibilidades enormes da força dos trabalhadores na transformação da sociedade, dos trabalhadores enquanto força de trabalho e enquanto imaginação concreta, em oposição flagrante a todos os aprendizes de planificação estatal. A sua perspectiva põe radicalmente em questão o papel "dirigente" da burguesia, de qualquer burguesia, a do capital como a dos estudos: não haverá "direcção política" senão em relação constante com o movimento popular.

O seu texto tem outra vantagem: a de permitir propôr uma alternativa, ao menos no plano teórico, à análise do processo português, a de evitar que estas se fechem nas acusações mútuas entre partidos e partidozinhos ou nas análises minuciosas e estereis dos acontecimentos políticos, o papel dos "Nove" em Agosto de 75, os paraquedistas e o "25 de Novembro", etc. Permite assim desbravar o terreno duma alternativa revolucionária, — até agora sempre um horizonte nebuloso de palavras e desejos.

Se a questão que ele põe, tratando embora do período de 74-75, é uma questão que permanece actual, sendo a alternativa fascização duma ou doutra maneira ou revolução, o debate do seu texto é extremamente importante, é um serviço prestado às forças que se reclamam da esquerda, do socialismo, da revolução.

Deixo de lado duas questões que J.M.P. não trata explicitamente, embora muito importantes. Uma é a de saber se a determinante do processo político de uma formação social como a portuguesa é a do seu processo interno ou se o conjunto dos factores económicos, tecnológicos, estratégicos da hemisfera imperialista não tem um peso inultrapassável (2). Outra é a questão da "revolução cultural", quando se trata da zona norte do país: a perspectiva de J.M.P. situa-se dominante, senão exclusivamente, em termos da grande indústria, do essencial do aparelho de Estado, dos campos do Alentejo; a sua proposta, a ter sido viável, não teria tido como consequên-

cia (mal menor?) o esmagamento ideológico da zona norte do país durante muitos anos?

Debater o texto de J.M.P. implica pôr esta questão: o que ele propõe é bonito, **mas por que não foi possível?** É ele um iluminado e mais ninguém viu o que ele propõe? Bastaria que uns tantos intelectuais o tivessem visto para terem jogado o papel de "intelectual colectivo" a que ele se refere na p. 265? Para o caso concreto das nacionalizações, J.M.P. afasta explicitamente esta hipótese: se não houve "investimento no socialismo" é "porque não havia condições" para tal (p. 234). Também a propósito da "fuga dos técnicos" e da necessidade de "uma direcção política do movimento de massas", acrescenta que o que propõe "é extremamente difícil durante a fase pré-revolucionária" (p. 232).

Por exemplo, várias vezes J.M.P. reclama um "poder revolucionário", uma "direcção revolucionária do movimento de massas" em alternativa aos governos provisórios sob a égide de Vasco Gonçalves (pp. 228, 234, 242, 249, 250, 255, 257, 265): por que razões não existiu essa direcção revolucionária? Bastaria que a estratégia do P.C. tivesse sido outra, não participando nos governos de coligação? A razão estará então na "cabeça" (no "subjectivo", como se diz) dos principais dirigentes desse partido? Ou houve qualquer coisa que tenha a ver com as características mesmas do processo português que tenha "obrigado" o P.C. a adoptar aquela estratégia?

Julgo que um dos méritos do texto de J.M.P. é permitir responder a essa questão de forma diferente da que ele próprio responde, e é isso mesmo que vou aqui tentar, sabendo embora que nestas coisas sou um simples "curioso".

Se a minha leitura das principais teses deste texto é correcta, será possível encontrar um vício teórico fundamental na articulação entre os dois primeiros capítulos e o terceiro. As revoluções conseguidas até à data, que J.M.P. analisa e que caracteriza como "revoluções camponesas", têm como problema estratégico fundamental "a questão das alianças de classe operário-camponesas" (p. 32, cf. p. 123), enquanto "que, em países onde o campesinato se encontra reduzido a uma importância social e económica muito limitada (países altamente industrializados), a questão não se pode pôr do mesmo modo. A ditadura do proletariado tem, nesses casos, de assentar numa aliança de outro tipo, especificamente, entre o proletariado e as vastas camadas de assalariados não industriais profundamente impregnados de ideologia pequeno-burguesa" (p. 152). A tese a que acima chamei 5ª, abonada por Gramsci, justifica-se justamente pela necessidade teórica de abordar o caso português em termos diferentes dos das tais "revoluções camponesas".

Ora bem, ao iniciar a análise do impasse político do processo português, J.M.P. denuncia a estratégia do P.C. (colocar-se no campo do poder de Estado), argumentando assim: "interessa,





por exemplo, sublinhar que nunca (eu sublinho, F.B.) uma situação pré-revolucionária desembocou numa ruptura revolucionária estando o partido revolucionário — a vanguarda das massas — integrado no Governo, representante da legalidade institucional” (p. 198). Donde vem aquele “nunca”? Obviamente das revoluções até à data conseguidas, que foram todas “revoluções camponesas”, em que a questão fundamental é a da aliança operário-camponesa. Não será que o facto de se tratar duma situação pré-revolucionária, em que a aliança é a fazer com a “nova pequena burguesia de assalariados, não implicará justamente a necessidade de o partido que está de facto ligado ao proletariado tenha que assegurar também a aliança com essa pequena burguesia, e que tal não possa ser feito senão a partir da sua presença no aparelho de Estado, a que uma boa parte dela está ligada, sobretudo quando se nacionalizou a parte dominante da indústria, a banca e os seguros? A maior parte, senão a totalidade, dos exemplos de curto-circuitagem económica avançados por J.M.P. não pressupõem exactamente essa possibilidade de “directão revolucionária do movimento de massas” poder controlar o aparelho de Estado? Como o único exemplo conseguido, o da Reforma Agrária, com a legislação adequada, a criação de “novos órgãos de Estado descentralizados e profundamente ligados às massas” (p. 256)? A esta questão, e à das nacionalizações operadas, J.M.P. responde com um “não é evidente” (p. 204-205) a que o mínimo que se pode dizer é que se trata duma resposta “não evidente”, porque não responde. Ou seja, a questão do lugar do P.C. no aparelho de Estado não pode ser posta em termos de “não estar lá” mas de “estar lá, sim, mas para fazer o quê”, ou seja a questão da sua relação com o movimento de massas, e esta parte da crítica julgo-a fundamentada. Por que não esteve da maneira adequada a um processo revolucionário? Questão de “estalinismo obtuso”, sem mais? Poder-se-ia argumentar, e porquê esse “estalinismo” em Portugal? Para responder, seria necessário um outro tipo de análise que não está ao meu alcance, mas haverá que pôr uma questão que tem algo a ver com ela, e que diz respeito à famigerada “nova pequena burguesia”.

Mas, antes disso, assinala-se que esta indicação dum possível “vício teórico” no texto em debate poderá pôr a questão da distinção tão marcada entre “fase pré-revolucionária” e “transição para o socialismo”: se ela parece correcta para as “revoluções camponesas”, sê-lo-á ainda para formações sociais como o Chile e Portugal? (3). As nacionalizações, o início da Reforma Agrária, a curto-circuitagem económica proposta por J.M.P., segundo a sua conceptualização, relevam precisamente da “transição para o socialismo” e não duma “fase pré-revolucionária”, como o próprio texto o reconhece (cf. p. 118 e 232, por exemplo). Talvez se tenha de dizer que uma das especificidades das formações sociais já suficientemente avançadas no capitalismo seja a da sobreposição da fase pré-revolucionária e da transição para o socialismo. Sempre por causa da “nova pequena burguesia”.

A QUESTÃO DA "NOVA PEQUENA BURGUESIA"

Comecemos por um índice curioso. Só a Reforma Agrária conseguiu a ruptura preconizada por J.M.P.: terá isso que ver com o facto de ser um campo de que essa nova pequena burguesia (e bem assim o operariado) está ausente, de forma significativa? Pergunta insidiosa, porventura, mas que obriga a definir o lugar dessa "nova pequena burguesia" (N.P.B.) na economia e no aparelho de Estado e a pôr a viabilidade dos outros exemplos de curto-circuitagem económica propostos por J.M.P. diante justamente dos interesses de classe da N.P.B. sendo certo que, na análise do caso português, se a não tem praticamente em conta, quando a importação teórica de Gramsci levaria a pensar que a aliança campesinato/operariado/nova pequena burguesia deveria ser a chave dessa análise.

Como a caracterizar em termos de lugar específico na estrutura da formação social? J.M.P. coloca sob o termo "camadas médias" os "pequenos empresários, empregados de serviços, funcionários, profissões liberais, etc., impregnados de ideologia pequeno-burguesa (o sector terciário, do funcionalismo e dos serviços, representava, mais de 40% do Produto Interno — o que vale como 'indicador' apenas, pois o que caracteriza tais sectores, em geral, é precisamente a sua natureza improdutivo)" (p. 262). Deixemos de lado os pequenos empresários, correspondentes ao conceito de pequena burguesia do século XIX de Marx e as profissões liberais, a ligar às classes de média burguesia. A terminologia "serviços", "sector terciário", que provém de sociologias suspeitas, mascara a dificuldade justamente de situar a N.P.B. de assalariados na estrutura da formação social. Indiquemos, de forma não exaustiva, os sectores onde ela é manifesta: banca, seguros, previdência, função pública, "escritórios" (de empresas de grande dimensão), transportes (TAP, CP, companhias de navegação, Carris, camionagem), CTT, TLP, imprensa (escrita, rádio, TV, edição), escola. Qual é a prática deste tipo de empresas, para além de conterem sectores de produção e reparação? Não é produtiva, como assinala a citação de J.M.P. que acabamos de fazer. As três primeiras categorias da lista asseguram circulação monetária, em termos gerais; as três seguintes, a circulação de "organização política", se se pode dizer, ou seja, trata-se de "burocracia", no sentido corrente da palavra, em que "cracia" indica o poder de organizar os lugares dos agentes na formação social, de garantir a sua "ordem", não na produção de bens mas na sua circulação; as últimas enfim, a circulação de informações, de textos, de ideologia, em termos gerais ainda. Ou seja, o que especifica a N.P.B. das formações capitalistas que desenvolveram gigantescamente a dimensão das suas estruturas (monopolismo de Estado, como se diz) é a sua inserção nos **aparelhos de circulação** de tais formações sociais. 40% do P.I., indica J.M.P.. O que permite avaliar o peso desta circulação, dos salários que ela implica nomeadamente, no conjunto da produção dum país. Donde resulta que se possa formular a **contradição** específica entre esta N.P.B. e o

campesinato e o operariado produtores de valor. Uma parte extremamente importante deste valor é desviado para os salários da N.P.B., o seu crescimento recente (em Portugal, nos últimos 20 anos) faz-se em detrimento dos produtores. Por isso se trata de burguesia, embora "pequena", ou seja assalariada, com interesses opostos aos das burguesias proprietárias, o que, por outro lado, justifica a necessidade da tal aliança.

Ideologicamente, como caracterizar a N.P.B.? "A penetração imperialista, diz J.M.P., revelava-se um poderoso 'agente ideológico' de imposição de modelos de consumo, de comportamentos e aspirações sociais, ou seja, de 'conformismo' e 'conservadorismo' políticos — no mais forte sentido, e não apenas eleitoral, da palavra política" (p. 262-3). Em que consiste este 'conservadorismo'? Na defesa da sua posição (emprego) e do seu salário: são conservadores, antes de mais, contra tudo o que ameace a estrutura burocrática em que se inserem. Começa-se a perceber aonde pretendo chegar, mas vamos devagar. Por outro lado, trata-se de agentes da formação social que "foram à escola", que têm acesso à leitura corrente na formação social o que lhes permite uma **mobilidade ideológica** relativa, acentuada pela "individualização" urbana do seu estatuto e pela penetração dos tais modelos de consumo. Nos seus elementos, encontram-se pessoas com um leque ideológico que vai da extrema direita à extrema esquerda, caso praticamente único em todas as classes sociais (4). Mas da atenção! Desde que os seus interesses de 'conservação' do emprego e do salário sejam respeitados, desde que a estrutura burocrática não seja posta em questão. (Uma grande parte dos militantes de esquerda e de extrema esquerda pertencem de facto a esta N.P.B., o que obviamente não pode deixar de os marcar ideologicamente; o facto de "pequeno-burguês" ser o maior insulto que se possa fazer nesses meios não deixa de ser revelador da sua incapacidade em se assumirem como agentes da formação social e de assumirem o seu discurso ideológico e a sua prática política por aquilo que eles são, como se a leitura de Marx, Lenine e Mao os tivesse "transformado" ideologicamente para além das suas **condições materiais** de prática quotidiana; o que talvez explique também a incapacidade de análise política frequente de muitas destas organizações, ou seja, o facto de que foram e são incapazes de pôr o problema político português nos termos em que Gramsci nos põe, de aliança entre campesinato, operariado e nova pequena burguesia!).

Deixo de lado uma questão mais geral que aqui se poderia pôr: a da razão de os países que já não são "sub-desenvolvidos" e não estão industrializados ainda, em grosso a Europa e a América Latinas, conhecerem um fenómeno de desenvolvimento irracional dum discurso marxista especulativo (e não analítico), cheio de ortodoxias e de excomunhões, e isso não sucede nos países mais industrializados; bem como o da relação desta questão com a catolicidade dominante de uns e o protestantismo de outros



(J.M.P. assinala a questão de passagem, p. 29, n. 9, em óptica weberiana). Mas não é questão de somenos, pois que ela se relaciona com a famosa questão da “revolução cultural” em países ocidentais e com a tese gramsciana da necessária hegemonia ideológica antes da tomada do poder político.

O ponto aonda eu queria chegar tem a ver com os exemplos de curte-circuitagem económica apresentados por J.M.P.: analisados um a um, verificar-se-á que todos se inserem na polémica do texto contra o burocracismo e que, portanto, teriam como consequência, ao serem aplicados, porem em questão, ao menos a médio prazo, mas com consciência imediata desse perigo pelos ameaçados por tais medidas curto-circuitadoras, uma parte importante dessa N.P.B.. Esses exemplos todos favorecem sistematicamente os **produtores** e vão contra os interesses imediatos dos **circuladores**, se se me permite o termo.

A meu ver, assim se explica, em termos de luta de classes e não de intenções subjectivas, que não tenha aparecido a tal “d direcção política do movimento revolucionário”. “Em muitas situações, contudo, as soluções de ruptura não emergiram imediatamente da prática social, até porque o sistema capitalista se caracteriza pela separação dos produtores (e dos trabalhadores em geral) uns dos outros, em unidades e locais de trabalho distintos, em actividades compartimentadas, articuladas precisamente com uma estrutura complexa dificilmente apreensível ao produtor individual (ou mesmo ao nível do simples colectivo de trabalho). Competiria ao ‘intellectual colectivo’, em cada situação concreta, face a cada ‘resposta’ titubeante de um poder fraco, pôr alternativas **novas**; revolucionárias, mobilizadoras”, diz J.M.P. (p. 265). O que significa que a apreensão da estrutura complexa só é possível ao “intellectual”, ao que tem estudos, ao “pequeno burguês”. Isso iria contra os seus interesses imediatos de classe: não vejo outra razão para se explicar por que é que a tal direcção revolucionária não apareceu. Ela teria que se assumir como “vanguarda pequeno-burguesa” no seio da aliança campesinato-operariado-pequena burguesia!

Também julgo que se explica a estratégia do P.C., para além da “inteligência” ou da “obtusidade” dos seus dirigentes: o seu aparelho era constituído em grande parte por militantes da N.P.B. e foram estes, normalmente, que tomaram a iniciativa nos seus locais de trabalho, os aparelhos de circulação. O partido não podendo reduzir drasticamente o seu aparelho à fracção proletária (num país com 40% de P.I. relevando da N.P.B., isso seria suicidário para o aparelho!), não podia também oferecer uma estratégia que levasse parte importante dos seus militantes a uma prática igualmente suicidária em termos de classe!

Se se quisesse dar exemplos desta dificuldade concreta, teria que se perguntar quais foram os bloqueios concretos que se puseram às experiências do S.A.A.L. (cf. p. 233, n. 33) e aos C.R.R.A.: eles terão vindo das direcções burocráticas (ministério das Finanças, câmaras muni-

cipais, sistema jurídico, para o caso do S.A.A.L.), antes de mais, mas haverá que ter em conta o desabafo de alguns membros de Governos provisórios (o próprio João Martins Pereira o poderá dizer), vencidos na sua vontade de governação pela **rotina** das burocracias dependentes deles, opondo resistências paralisantes às tentativas de eficácia e rapidez. O que leva a pensar que o aparelho de Estado, no estágio de desenvolvimento actual, não pode ser visto apenas como um “instrumento da classe dominante”, com o que o termo de “instrumento” implica de maneabilidade, mas como estruturas extremamente pesadas e de difícil capacidade de mutação: para além da “intenção revolucionária” que tivessem os seus membros, por hipótese, é a própria rotina que faz parte da estrutura, até da estrutura mental dos próprios agentes, a tal N.P.B. que “aprende” a fazer uma coisa e está desprovida de capacidade de aprender rapidamente a fazer outra.

Se nos entregamos ao jogo de pensar o que teria sido o desenvolvimento revolucionário da Reforma Agrária, o processo de transformação das relações sociais sob o impulso do movimento popular, tal como alguns trabalhadores e militantes o pensavam no Outono de 75, jogo que tentei com Vitor Matias Ferreira, teríamos que prever os bloqueamentos vindos do Ministério das Finanças e da banca nacionalizada, nas suas relações burocráticas com o Ministério da Agricultura, em primeiro lugar; em seguida, se as adubadeiras nacionalizadas e a Metalúrgica Duarte Ferreira (produtora de alfaias agrícolas) quisessem (e quiseram, mas as Comissões de trabalhadores) entrar em fornecimento directo às unidades colectivas de produção, os Ministérios e burocracias a entravar (Indústria e Tecnologia, para começar); para se estudarem e construir barragens agrícolas, mesmo pequenas, além do Ministério do Equipamento, viriam os cimentos, o ferro da Siderurgia; para se promover uma saúde adequada, creches e cantinas, seria o Ministério dos Assuntos Sociais e a sua pesadíssima máquina; para a alfabetização e ensino de contabilidade, o monstruoso M.E.C. De tudo isto, houve tentativas de parte quer de algumas Unidades colectivas, quer de militantes variados ligados aos vários tipos de prática. Nunca se ultrapassou o estágio de experiências isoladas, locais, dependentes da imaginação e da boa vontade dos que em tal se meteram. Mas quando se pensa em termos de 450 unidades colectivas, de mais de uma centena de milhar de trabalhadores rurais, de um terço da geografia de Portugal, quando se sabe o que é a rotina e o peso das tais burocracias, é que se pode avaliar o que representa a famosa N.P.B.. Como seria possível avançar, se o P.C.P., por hipótese animando e dirigindo um tal processo, o fizesse **de fora** do aparelho de Estado e **por aí** vindo à tomada do poder? Tal hipótese, pela enormidade da sua inverosimilhança, obriga a retomar a questão da hegemonia ideológica posta por Gramsci.

Para pôr esta questão, será necessário mudar de registo na discussão. O que foi a hegemonia



A necessária hegemonia ideológica

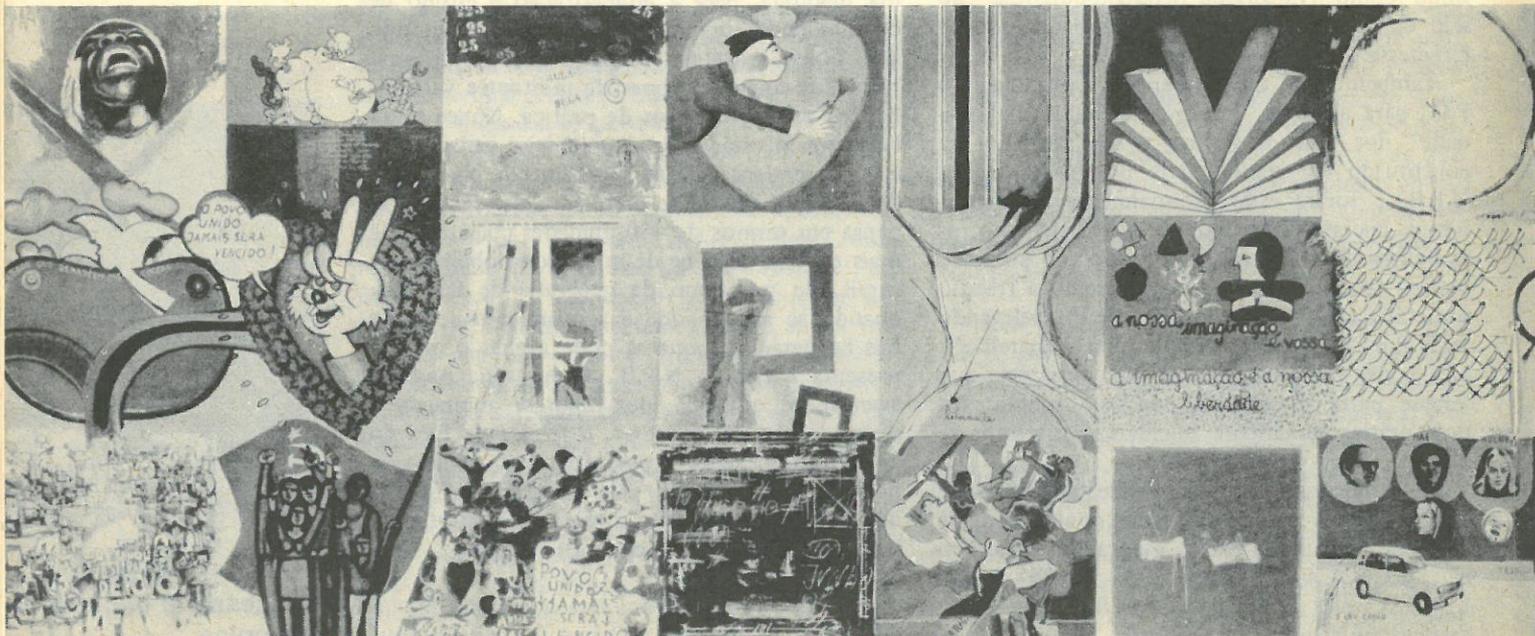
conquistada pela burguesia, a que se refere J.M.P. (p. 89-90)? Comece-se por notar a raiz etimológica do termo "pensamento", que vem de "pesar", do termo "razão", de "ratio", que é originalmente "ração": o que nestas etimologias se indica é a origem do pensamento e da razão ocidentais no comércio dos mercadores, ou seja, no cálculo comercial, no peso e na medida. Ou ainda, que o pensamento ocidental, aquele que a burguesia teve que impôr, foi nada mais nada menos do que a lógica da lei do valor, a lógica e a racionalidade do lucro. Ora, J.M.P. assinala várias vezes que é contra o estágio actual desta **racionalidade** que é necessário romper para passar ao socialismo. Os seus exemplos de curto-circuitagem vão todos na linha desta anti-racionalidade dominante, vão todos contra o discurso económico dominante. O que é próprio desse discurso, e Marx permitiu romper com isso teoricamente, mas não é certo que essa ruptura se tenha dado **de facto** (na China?), é não dar nenhum lugar ao proletariado enquanto portador de acção, de discurso, de força (produtiva e revolucionária): em tal discurso, o proletariado desaparece na rubrica "salários", está apagado por números e por contas! Tomar o poder, para o proletariado, significará tomar o poder de fazer coisas não sujeitas aos números e às contas, justamente o que os exemplos de J.M.P. reclamam, e esse é o mérito enorme do seu texto, a meu ver, o de pôr enfim, e por alguém que é economista, a subversão desse discurso economista pelo proletariado como condição de passagem ao socialismo. Mas justamente estamos no tempo em que essa racionalidade (nomeadamente pelos mecanismos do dinheiro, no seu uso corrente) atingiu os poros mais finos da estrutura social, a saber todo o consumo, mesmo o dos tempos ditos livres, a burocracia e os ditos serviços, a estrutura mental de todos os agentes da formação social, incluindo os operários! (Incluindo também, é claro, o Exército: por que fez este Tancos e o 25 de Novembro? Primeiro, porque o objectivo anti-colonial do M.F.A. do 25 de Abril se transformou em anti-monopolis-

mo, após o 11 de Março; segundo porque a democratização tentada no Exército punha em questão o seu funcionamento próprio, o único que eles — rotineiramente, enquanto N.P.B. armada — conheciam, Vasco Gonçalves reconheceu-o recentemente; enfim, porque o seu fim próprio, dos oficiais, é dar "ordem": para serem cumpridas, para impôr a "ordem" qual? a ordem das contas, do cálculo, a "ordem" do capital dos números acumulados. O que significa que esta questão da hegemonia tem também que ver com as Forças Armadas e que é cegueira política julgar que se trata apenas de opôr soldados e marinheiros a oficiais e sargentos!).

Voltemos à N.P.B.. O que é que esta faz, nos seus "escritórios"? Preenche papéis, claro, mas sobretudo (é a finalidade desses papéis) faz contas: a N.P.B. existe para calcular (hoje está sendo substituída pelos computadores para isso) e nunca para **pôr os problemas** a que essas contas dizem respeito. Daí a rotina, aliás. A N.P.B. é efeito directo do discurso económico do capitalismo, do cálculo, da lei do valor! (5). Por isso o socialismo não pode deixar de a pôr em questão, como o assinala a polémica antiburocrática de J.M.P.

Quer isto dizer que a revolução é impossível? De forma nenhuma, mas de que é lenta e longa, extremamente complexa, e exige como condição "sine qua non" a conquista da hegemonia ideológica por uma parte muito larga do proletariado, do campesinato e da nova pequena burguesia. Disto eu tinha consciência muito confusa antes de ler o texto de J.M.P.. Por isso saúdo este texto como um texto fundamental, novo, enorme, capaz de pôr em questão, a partir da economia (como Marx), o discurso marxista tradicional, feito de repetições, de citações importadas de outras condições históricas, incapaz de analisar as situações novas postas às formações ocidentais. É essa a ambição do texto, aliás, que se deu o trabalho de reler Marx e Engels, os principais processos revolucionários,

QUE REVOLUÇÃO?



como condição de pôr novos problemas à análise e à estratégia revolucionária.

O processo português aí está, espécie de laboratório oferecido às análises teóricas, às discussões de militantes, à imaginação enfim. Concretamente, julgo que o texto de J.M.P. poderá permitir uma análise concreta das lutas havidas (para que volte a haver) pondo novas questões: quais os obstáculos concretos que se lhes levantaram, alguma vez as sugestões avançadas por J.M.P. foram encaradas pelos militantes e pelos dirigentes políticos? Se sim, quais os obstáculos? Se não, por que não foram sequer pensadas? Que obsta a que se as pense? Quais as relações reais, nas lutas, entre proletariado e nova pequena burguesia? Ou seja, e será o pano de fundo do debate, como é possível pensar a aliança operariado-camposinatos-nova pequena burguesia em termos concretos, a partir das estruturas capitalistas existentes (com capitais, capitães e cabeças pensantes especializadas).

Se se conseguir, e não será difícil, articular esta questão de fundo com a da ecologia, com a da trama da vida quotidiana, com a do desabamento da família, com a da nova escola ligada à sociedade (tudo questões postas por elementos da N.P.B. e negligenciadas pelos marxistas puros e duros como "pequeno-burguesia,"!), teremos aí a trama essencial do debate a instaurar para a tal conquista da hegemonia ideológica. Tarefa longa, é bem certo: razão de peso para começar rapidamente e para jogar a fundo. Haverá dificuldades imensas, mas também algum prazer. ■

NOTAS

- (1) J.M.P. nunca utiliza esta terminologia "nova pequena burguesia" (N.P.B.), que em certos sectores se está impondo, e que adiante procuraremos caracterizar.
- (2) J.M.P. propõe, mas não demonstra, a dominância dos factores internos (p. 257-259).
- (3) Note-se que há uma diferença importante entre estas duas formações sociais, que tem muito a ver com

esta questão do P.C. e do aparelho de Estado. Segundo A. Touraine, em **Vida e morte do Chile popular**, o Estado chileno era relativamente débil diante das organizações gremiais das burguesias chilenas e do seu controle dos órgãos de comunicação social, TV inclusivé; foi essa debilidade que liquidou Allende. Em Portugal, o Estado herdado do fascismo era obviamente extremamente poderoso, o que eventualmente explicará a rapidez com que foi possível nacionalizar como se nacionalizou e como se operou o processo da Reforma Agrária. Também explicará a estratégia do P.C., embora as razões de fundo sejam outras, como direi.

(4) A utilização costumeira da terminologia "opção de classe" é típica da N.P.B., é sintoma da mobilidade ideológica desta classe. Nem as grande e média burguesia, nem o proletariado, têm "opção de classe" a fazer.

(5) Obviamente, não se trata aqui de propor uma qualquer guerra quixotesca às contas ou ao cálculo (tenho uma formação de base de engenheiro!). Mas de sublinhar que há uma divisão do trabalho adentro da burocracia, que permitirá eventualmente distinguir entre N.P.B. e burguesia burocrática: esta é que "põe os problemas", quem diz que contas há a fazer; aquela faz as contas, rotineiramente. Donde a sua falta de imaginação, que está ligada, adentro da burocracia, à "posição dos problemas".

Esta N.P.B. desenvolveu-se em Portugal a partir dos anos 50, com o surto de escolas secundárias por todo o país. Filhos de operários e de camponeses, ao entrarem para estas escolas e depois para um tipo novo de empregos e para um novo estatuto de consumo, cortaram-se da "cultura" própria das suas classes de origem, criando um novo tipo de "cultura" urbana, artificial, sem raízes infantis, feita de estereótipos e de modas, que explicará em parte a tal "mobilidade ideológica". Enquanto que as outras classes sociais mantiveram todas um enraizamento cultural, operário, camponês ou burguês que explica, também em parte, a sua fixidez ideológica. Esta N.P.B. é assim **efeito da escola**, que é justamente o aparelho ideológico de Estado típico do capitalismo. Que lhes ensina essa escola? Elementos ideológicos burgueses dispersos (que lhes dão "aspirações" a serem burgueses como os outros), muito pouco conteúdo de "conhecimentos" interessantes do ponto de vista do trabalho que virão a fazer, e sobretudo que os ensina a ler, escrever e contar; e é disto que a burguesia terá necessidade!

